

... Cadernos :: edição: 2005 - Nº 26 > Editorial > Índice > **Resumo > Artigo**

A formação do professor e a inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo

Maria José de Oliveira Duboc

Baseado nos fundamentos da inclusão educacional, o presente artigo busca destacar a importância da formação do professor na escolarização dos alunos surdos. O tema faz parte de uma série de discussões que estão sendo travadas em torno do redimensionamento da educação especial e vem reforçar o debate sobre a importância de que a escola seja um local onde os alunos surdos sejam compreendidos na sua especificidade, na sua condição singular e forma própria de assimilar e expressar o mundo.

Palavras-chave: Formação do professor. Inclusão. Aluno Surdo.

Introdução

Não é a surdez que define o destino das pessoas mas o resultado do olhar da sociedade sobre a surdez, (Vygotsky)

As pesquisas e discussões sobre o desempenho dos professores, presentes nos meios educacionais, evidenciam a busca constante, de respostas às questões que cotidianamente lhes são colocadas. A formação docente quando associada à problemática da inclusão educativa, tem alimentado esse debate. Tendo como referência a minha trajetória como professora e principalmente as reflexões realizadas no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Formação do Professor/NUFOP e os estudos desenvolvidos no Mestrado de Educação Especial, minha intenção no presente artigo é discutir a formação do professor e a inclusão educativa dos alunos surdos. Para tanto, organizo o trabalho do seguinte modo: em primeiro lugar, trato da inclusão educativa e suas implicações para o professor, em segundo lugar focalizo a escolarização dos surdos e em seguida, recorro à literatura para destacar algumas proposições sobre a temática da formação docente. Ao final, apresento conclusões provisórias, estimulando o desenvolvimento de novos estudos que permitam avançar o conhecimento sobre a formação do professor e aprofundar a compreensão da especificidade das pessoas surdas.

A inclusão educativa: implicações para os professores

A garantia de uma escola que verdadeiramente eduque todas as crianças e jovens, superando não só os efeitos da retenção e evasão, mas que lhes assegure o acesso ao mundo do conhecimento e o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã que lhes permita enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, tem sido um dos maiores desafios para os países na atualidade.

Embora tenha ocorrido no Brasil à implementação de um conjunto de medidas no terreno educacional, provocando alterações profundas no funcionamento dos sistemas de ensino, os resultados ainda apresentados são preocupantes. Estudos desenvolvidos pela UNESCO e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE (2003) revelam que cerca de 41% das crianças não conseguem concluir os oito anos do Ensino Fundamental. Outro aspecto destacado além do elevado percentual de "desistentes" da vida escolar é a qualidade da aprendizagem dos alunos expresso na incapacidade interpretar e entender enunciados de problemas e no baixo índice de conhecimentos gerais..

No caso dos alunos com Necessidades Educativas Especiais a situação se agrava. Segundo o MEC, são em torno de seis milhões em idade escolar e apenas cinqüenta e cinco mil têm atendimento. Desses, 31.825 surdos estão matriculados no Ensino Fundamental e só 899 chegam ao ensino médio. O que vale dizer que uma parcela significativa vai sendo deixada de lado ao longo do percurso da escolarização resultado de um processo de seletividade, exclusão, marginalização e negação de direitos.

Assim, a escola para todos vive uma crise uma vez que em muitas situações não consegue cumprir o seu papel de agente de integração social e de emancipação, porque não produz a mobilidade social aguardada por muitos sujeitos para quem à escolarização constitui a melhor ferramenta que poderia dispor para se apropriar de conhecimentos necessários a participação mais efetiva na vida em sociedade. Tomar consciência dessa realidade implica buscar meios e estratégias de valorização dos percursos e experiências dos alunos, abandonando a idéia mítica de aluno-ideal, sobre a qual as atenções têm sido dirigidas ao longo da história.

Contraopondo essa idéia está o projeto de uma escola inscrita no movimento transformador da

educação e da sociedade como um todo, pautado nos princípios defendidos pela Declaração de Salamanca (1997, p. 61):

Todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

A inclusão é considerada assim, como uma única modalidade educativa que envolve todos os membros da instituição no processo de atendimento a diversidade. Como implicação, requer que as escolas se modifiquem para os com necessidades educativas especiais em classes regulares independentemente das condições intelectuais, físicas, sociais e culturais destes, enfim de todos que estão em busca de desenvolvimento.

Tendo em vista a perspectiva da ampliação efetiva do acesso e de permanência de toda e qualquer criança na escola é que pretendo abordar neste estudo a educação dos surdos, principalmente pelas dificuldades impostas no seu processo de escolarização marcadas, quase sempre, num clima de estanhamento e no qual uniformemente são ensinados conteúdos, comportamentos e posturas.

Portanto, a incorporação dos processos vivenciados pelos diferentes grupos sociais é exigência que está posta para a formação do professor, principalmente na perspectiva da educação inclusiva. Integra essa nova realidade a garantia de uma formação inicial e continuada para os professores como condição imposta por uma sociedade que, cada vez mais, se refaz em novos patamares de conhecimento do saber escolar, de formas de convivência, de relações de trabalho e de valores sociais.

A escolarização do surdo: O que se pretende?

Ao tratar da escolarização dos surdos importa, inicialmente, destacar que tais sujeitos fazem parte de uma população que permaneceu por muitos anos, à parte do convívio social, ou quando muito, limitados no âmbito do assistencialismo ou da filantropia quase sempre amparada pelo olhar médico.

O enfoque clínico só perdeu força graças aos acontecimentos dos últimos 50 anos, (desenvolvimento científico, fortalecimento de idéias democráticas e as formulações de políticas em diversos setores), que cederam espaço para outras formas de se compreender a problemática. A partir de então, o campo conceitual e de abordagem foram modificados passando a transitar no âmbito educativo. Vale destacar que devido as necessidades comunicativas particulares, a educação dos surdos é historicamente marcada pela disputa lingüística entre os defensores da sua oralização e os que defendem o uso da língua de sinais própria da comunidade surda.

Na presente reflexão pretendo contrariar as orientações anteriormente esboçadas por acreditar que a cientificidade, ao centrar o discurso na deficiência e na neutralidade bem como no círculo vicioso de uma ou outra língua, deixaram de lado as questões da identidade, da diferença, da alteridade e de uma existência complexa, elementos estes, importantes para superação da estigmatização sofrida pelas pessoas surdas.

Ao falar em identidade o pressuposto é de romper com o princípio de permanência, do idêntico que em nossa tradição em muitos momentos foi responsável por práticas sociais rotineiras e reprodutoras do já produzido. A idéia é ir ao encontro da compreensão que se tem do eu, dos pensamentos e da emoção consciente sobre quem realmente somos. Significa dizer que "as posições que assumimos e com os quais nos identificamos constituem nossa identidades" (WOODWARD, 2000, p. 55).

A busca da identidade remete para o surdo, quer individualmente ou em grupo a questão do reconhecimento e de ser reconhecido. O que implica entender de que a identidade não é construída no vazio mas se forma no encontro como os pares e a partir do confronto com novos ambientes, pressupõe assim, a dimensão do outro e por ser uma categoria social e relacional ela se constrói a partir de experiências comuns que se defrontam e confrontam entre si.

Para Skliar (1999) um dos elementos que faz evidenciar-se a questão dessa identidade, é situá-la no mesmo patamar de importância da educação das minorias que passam a competir pela conquista de um mesmo espaço social. Contudo é preciso considerar, que esse processo implica construir a identidade em dupla dimensão: a de se perceber semelhante aos outros, ao mesmo tempo afirmar a diferença enquanto indivíduo pertencente a um grupo.

Diz Behares, (2000, p. 3) que:

Identidade e diferença são duas categorias intrinsecamente relacionadas na análise dos surdos. A identidade da pessoa surda como tal (quer dizer não como ouvinte deficitário, mas como alguém intrinsecamente diferente do ouvinte) deve ser o ponto de partida para pensar e investigar social e pedagogicamente na área da.

Se a questão da identidade é fundamental para a compreensão da pessoa humana, no caso da pessoa surda a diferença -não escutar- não pode ser o único traço capaz de identificá-la. Nesse sentido o questionamento de Bueno, (1998, p. 44) se impõe: "será que a surdez é suficiente para identificarmos dois sujeitos como uma mulher, negra, pobre, latino-americana, vivendo em pequena localidade rural e surda e um homem, branco rico e surdo vivendo em metrópole e surdo?"

Significa dizer que não se pode considerar uma única identidade surda explicitada a partir desse traço padronizado e universal, mas sim como formas plurais, dinâmicas, formadas e transformadas continuamente através das quais são representadas nos diferentes espaços sociais. Uma particularidade importante do surdo é que, se refere a uma forma de ser e estar da pessoa em relação ao mundo que vive e atua e nos remete necessariamente tanto a problemas políticos como educativos.

Contudo, a maneira como é considerada essa questão tem deixado de lados os conflitos as contradições e exploração em que as classes hegemônicas têm submetido as minorias. A identidade e a diferença devem ser vistas em relação a algo, não de forma absoluta. São diferenças políticas, não simplesmente diferenças lingüísticas e formais mas diferenças a partir de relações de poder estruturais e globais que não devem ser minimizadas (MCLAREN, 1997).

A partir dessa ótica é importante lembrar que o aluno surdo ao defrontar-se com o mundo da escola é submetido aos mecanismos postos por relações estabelecidas pelo ouvinte, que engendra condições perversas, na medida em que nega a condição do ser surdo, e não atende às suas necessidades mais elementares, cerceando-lhes as oportunidades para o desenvolvimento e o fortalecimento de sua identidade pessoal.

Eu diria que tudo isso nos traz como questão fundamental à possibilidade do exercício da alteridade, trata-se da alteridade não só no sentido que comumente vem sendo dado de poder provocar alterações, mas construir relações com o outro. Alteridade supõe o convívio da diferença. Nesse convívio os surdos autoproduzem significados que lhes possibilitam conscientizar-se de que é diferente. Essa diferença, contraditoriamente, só pode ser afirmada e vivida como tal, ao supor uma igualdade e uma reciprocidade. Para tanto, o importante é preservar o direito da criança surda de se desenvolver, através de sua inserção em experiências condizentes com a heterogeneidade dos processos humanos (VYGOTSKY, 1995).

Perspectivas para a formação do professor para atender o aluno surdo

As preocupações anteriormente explicitadas fazem com que considere o papel central do professor neste processo. Pois é ele que vai viabilizar na sala de aula as condições adequadas para atender a todos os alunos em suas necessidades e peculiaridades e, mais que isso, contribuir para o desenvolvimento a fim de que possam participar, efetivamente, em todos as instâncias de convívio social.

Contudo, abordar a formação do professor, baseada nessa perspectiva, é uma tarefa complexa, até porque se trata de, entre outros aspectos, fazer a articulação entre as dimensões da individualidade e da diversidade dos alunos que compõem a sala de aula.

Nesse sentido acreditamos não ser possível pensar a formação de professores para alunos surdos de forma isolada; ao contrário, importa considerá-la integrada à formação do professor em geral, portanto sujeita as discussões que ocorrem nas várias esferas da sociedade. Essas discussões não dicotomizam a educação especial da educação geral. Ao contrário, buscam uma nova institucionalização para a formação do professor e um novo papel para o estado e a sociedade civil face a realidade instaurada.

Por conta disso, considerando as propostas desencadeadas mundialmente, Guijaro (1997), mostra a necessidade de se repensar a escola, a aprendizagem e a formação do professor para atender à diversidade. Tendo como referência o trabalho que desenvolveu em Cuba, propõe que se promovam experiências de investigação – ação, na qual se possa colocar em prática as formas diferentes de atendimento às Necessidades Educativas Especiais. Nesse sentido, deve ser considerados os conceitos estudados nos programas de todas as disciplinas e atividades curriculares do curso sem jamais se priorizar uma única disciplina.

Sustentado na teoria de Vygotskyana, o estudo acima referido enfatiza que o professor deve ser preparado para atender o desenvolvimento dos seus alunos, o ritmo de aprendizagem de cada um e ter clareza de que o papel do docente é educar e desenvolver a todos. Nesse sentido, é destacada a importância de se realizar a avaliação educativa como um processo contínuo e permanente no estudo das particularidades positivas e negativas dos alunos; a fim de desenvolver mecanismo de organização de estratégias, empregando procedimentos metodológicos diferentes para o grupo e/ou para o aluno individualmente, visando atender as necessidades individuais, e superar assim, suas dificuldades.

Essa proposta não deve ser tomada de modo ingênuo, mas considerada, a partir do entendimento

de que a aprendizagem supõe a ação do outro, acontece com o outro. Assim, o professor deve ter uma formação que lhe assegure as condições para mediar processos "edificadores e equilibradores," em situações de sala de aula, promovendo aprendizagem do aluno.

Nóvoa (1991), por outro lado, ao mostrar em seus estudos que a escola é um local por excelência para realização dessa formação, alimenta a expectativa de que é possível encontrar elos entre o conhecimento escolar e os conhecimentos que o professor traz da sua formação acadêmica, beneficiando melhor os alunos surdos.

Skliar, cujos trabalhos na área da surdez têm sido uma referência no Brasil, ao tratar da formação do professor, ressalta a dimensão política dessa formação. Política compreendida como relação de poder e conhecimento que deve estar contemplada, não só na proposta pedagógica, mas além dela. Ele propõe ruptura com o modelo vigente caracterizado "como positivista, ahistórico e despolitizado" (SKLIAR,1997,p.7) e defende uma ressignificação da escola como espaço de fronteira e onde diferentes identidades possam conviver.

Na formação do professor para a educação de surdos, em relação a uma escola inclusiva, ele considera relevante, em primeiro lugar, os significados políticos que circulam sobre a surdez e os surdos presentes nas escolas. Considera também a "questão da língua dos sinais, as identidades, a comunidade, a cultura e o acesso dos surdos às segundas línguas" (SKLIAR, 2000, p. 162).

O foco de abordagem de Skliar é bastante pertinente numa sociedade como a brasileira, em que as políticas educacionais não têm sido capazes de impedir/ dificultar os mecanismos de exclusão existentes. Lembrando autores como Gentil (1994), torna-se urgente uma reeleitura dos debates empreendidos na década de 80, voltados para a democratização do ensino, em que o cerne da educação é a pessoa e não o capital.

Nessa perspectiva, impõe-se um projeto coletivo que aglutine os interesses das pessoas com Necessidades Educativas Especiais/NEE; que a diferença seja valorizada como elemento significativo e que a existência de percursos diversificados na sala de aula não seja fator impeditivo da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos.

Assim, a formação do educador, que tem como preocupação essas questões, deve compreender a história dos sujeitos surdos; as restrições sociais e familiares e escolares a que sempre foram submetidos, os nexos políticos com a sociedade e as formas de constituição do saber escolar, resgatando a educação como um bem social e instrumento para sair-se da condição marginal e fundamentada no "direito de todos" terem acesso a um ensino de qualidade.

As argumentações, tanto de Guijaro como de Skliar, são muito úteis no enfrentamento das dificuldades teórico-metodológicas e práticas, que precisam ser superada, na difícil construção de uma escola inclusiva. De igual modo, a análise das experiências concretas nas escolas poderá possibilitar uma melhor compreensão dessa formação.

Conclusões Provisórias

As discussões desenvolvidas no presente artigo deixam claro que não é possível se ater à tradição de formar professores "especialistas" para alunos surdos: importa que esses profissionais detenham sólida fundamentação teórica e prática que lhes permitam identificar as dificuldades comuns dos alunos, visando eliminar as barreiras próprias de suas relações na escola.

Outro aspecto a ser destacado é que esse profissional tenha condições de realizar reflexões e questionamentos sobre a sua prática, enfatizando o trabalho coletivo em detrimento da competitividade e acima de tudo respeitando os diferentes estilos de aprendizagem dos alunos, refletindo, planejando e assumindo a responsabilidade de estar formando homens e mulheres.

A incorporação desse olhar para a formação do educador é uma tentativa de responder as demandas dos estudantes que têm vivido dificuldades em suas trajetórias escolares de insucesso. Certamente, essa experiência será mais rica, e simultaneamente, mais conflituosa na medida que pressupõe o fortalecimento da identidade de um grupo discriminado em virtude de toda uma problemática histórica de dominação e segregação.

No processo de caminhar em direção de uma teoria que melhor dê conta das complexidades individuais e coletivas dos alunos surdos na perspectiva inclusivista defendo assim, a necessidade da formação do professor, tanto inicial como continuada, lembrando, no entanto, que o mesmo não deve ser preparado para atendimento clínico ou terapêutico dos seus alunos, mas para lidar pedagogicamente com eles.

O que defendo, em outras palavras, é a necessidade de formar profissionais que acolhem o novo, presente em cada aluno surdo, livre de preconceito e comprometido politicamente com a função cultural e social de produzir sentido, de construir conhecimentos e reconhecer a plenitude do desenvolvimento desses sujeitos a despeito de suas diferenças.

Referências

- BEHARES, Luis Ernesto. Novas correntes na educação do surdo: dos enfoques clínicos aos culturais. Santa Maria: UFSM, 2000.
- BUENO, Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. In A Nova LDB e as necessidades educativas especiais. Cadernos CEDES, Campinas, n. 46, 1998.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA PRINCÍPIOS, POLÍTICA E PRÁTICA PARA AS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: CORDE 1997.
- GUIJARO, R. B. Nueva Conceptualización de la educación especial y perspectivas de futuro en el marco de los acuerdos Internacionales. Cuba: 1997.(mimeo)
- MCLAREN, P. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997.
- NÓVOA, A. Concepções e práticas da formação contínua de professores: realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.
- SILVA, T. T. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia, In. Neoliberalismo qualidade total. Rio de Janeiro: Petrópolis. Vozes, 1994
- SKLIAR, C. B (Org.) Educação e exclusão: abordagem sócio antropológica da educação especial. Porto Alegre: Média; 1997.
- _____. (Org.) Atualidades da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- SKLIAR, C. B . A formação de professores (surdos e ouvintes) desde a perspectiva da diferença. In ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 10, 2000, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2000.
- UNESCO e Organização para a cooperação e desenvolvimento. - OCDE - Revista Veja, 9 de julho 2003.
- VYGOTSKY, L. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. Obras Escojidas: fundamentos de defectología. Tomo 5 Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1995.
- _____. A Formação Social da Mente o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Correspondência

Maria José Oliveira Duboc - Universidade Estadual de Feira de Santana, Dept. de Educação. Br 116, Km. 03 - Campus Universitário - Novo Horizonte, 44031460 - Feira de Santana, BA.
E-mail: edu@uefs.br

Recebido em 03 de março de 2005

Aprovado em 10 de setembro de 2005

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2005 - Nº 26 > Editorial > Índice > **Resumo > Artigo**